



# RACISMO COMO FATOR DE RISCO PARA CRIMES DE ATROCIDADE:



O seguinte estudo de caso foi escrito por um consultor independente em nome da Global Initiative for Justice, Truth and Reconciliation (Iniciativa Global para Justiça, Verdade e Reconciliação, GIJTR). Este estudo de caso é baseado em uma combinação de pesquisa documental, análise de documentos e entrevistas. Portanto, o estudo reflete essas perspectivas e descobertas, conforme compiladas e escritas pelo(s) autor(es) consultor(es). Os entrevistados foram anonimizados para garantir sua segurança e privacidade, mas a GIJTR agradece o tempo e a participação de todos os entrevistados.

## Um Estudo de Caso na Namíbia

Autor: Steven Bernardus Harageib

*“Racismo não é só sobre a cor, é sobre a maneira de ver dominação, patriarquia forçada, normalizando esta ideia de supremacia entre as pessoas... Portanto, o racismo e essas questões não estão enraizados apenas na dominação, desumanização e humilhação. Quando percebemos a violência, a desumanização e a humilhação, todos esses são elementos do racismo.”*

### 1. **Atrocidades Entrelaçadas de Genocídio e Apartheid: Namíbia e o contexto histórico do racismo**

#### Ocupação Alemã e genocídio

Para entender os desafios atuais de racismo na Namíbia, é importante entender a história do genocídio e apartheid que estabeleceu a base para o ambiente atual. A história colonial de Namíbia começou em 1884 com a ocupação Alemã. Conflitos levaram à guerra em 1903, com a resistência do povo Ovaherero (comumente chamado de Herero), que se transformou em uma “ordem de extermínio” do general alemão Lothar von Trotha em 1904. Estima-se que, entre 1904 e 1908, 65.000 pessoas (80%) da população Herero e 10.000 (50%) da população Nama foram mortas, morreram

de fome ou morreram em campos de concentração. Essa execução em massa marcou o primeiro genocídio do século XX e estabeleceu um precedente que lançou as bases para o Holocausto. As semelhanças no uso de campos de concentração, assassinatos em massa e ideologias raciais conectam esses dois eventos horríveis, esclarecendo como as atrocidades coloniais foram precursoras de tragédias globais posteriores. A radicalização da Alemanha na contra insurgência, os decretos de extermínio (inclusive a brutal ordem de extermínio de von Trotha) e o subsequente empoderamento e gratificação de von Trotha refletiram uma era deliberada do colonialismo europeu. Os alemães cumpriram os critérios de genocídio, que incluem ação e intencionalidade, contra os Herero e Nama. Esse evento horrível também afetou muitas comunidades Damara e San. Esses grupos foram submetidos a uma ampla gama de brutalidades, incluindo fuzilamentos, enforcamentos, queimaduras e inanição. Eles também foram submetidos a experimentos, escravidão e trabalhos forçados que resultaram em morte, abuso e estupro. Essas comunidades foram despojadas não apenas de seus bens tangíveis, como terras, propriedades e gado, mas também de seus direitos intrínsecos, dignidade e modo de vida. Esses atos podem ser classificados como crimes de atrocidade, pois os povos indígenas foram levados à força para campos de concentração alemães e seus crânios foram enviados para a Alemanha para pesquisa. Além disso, eles eram governados por um conjunto separado de leis racialmente preconceituosas, semelhante a um sistema de apartheid, que lhes concedia direitos limitados como súditos e não como cidadãos.

#### **GLOBAL INITIATIVE FOR JUSTICE, TRUTH AND RECONCILIATION (GIJTR)**

Em 2014, a International Coalition of Sites of Conscience (ICSC) lançou a Global Initiative for Justice, Truth and Reconciliation (GIJTR), um consórcio de nove organizações internacionais focado em oferecer abordagens holísticas, integrativas e multidisciplinares para assuntos relacionados à verdade, à justiça e à reconciliação. O GIJTR trabalha principalmente com populações locais, organizações da sociedade civil, sobreviventes e governos para desenvolver abordagens de Justiça de Transição colaborativas e centradas na vítima e que apoiem a dignidade, o respeito, a inclusão e a transparência em sociedades emergentes de conflitos ou períodos de governo autoritário. Desde a sua fundação, o GIJTR se envolveu com pessoas de 76 países, trabalhou com 681 OSCs conduzindo 463 projetos voltados para a comunidade e apoiou 7.460 iniciativas que lidam com violações aos direitos humanos.

Acesse [gijtr.org](http://gijtr.org) para mais informações.



**GIJTR**

Global Initiative for Justice  
Truth & Reconciliation

### **Domínio sul-africano e o impacto do apartheid**

Em 1915, a Namíbia esteve sob o controle da África do Sul colonial e foi administrada como um território sob mandato da Liga das Nações de 1921 em diante. Durante todo esse período, a Namíbia funcionou como uma quinta província da África do Sul, que exerceu considerável influência sobre a sua governança e assuntos. Em 1948, o Partido Nacional Afrikaner, que estava no poder, introduziu formalmente o apartheid como um sistema de governança que institucionalizava e sustentava as divisões raciais e étnicas. Durante esse período, houve inúmeros casos de abuso dos direitos humanos e violência institucional, além de conflitos e desequilíbrios de poder, estratificação social e desigualdade econômica. Isso deu continuidade ao legado de discriminação e desumanização e consolidou ainda mais o impacto do período colonial alemão, sendo uma realidade racista contínua na Namíbia pelos próximos setenta anos, até a independência da África do Sul e da sua política de apartheid.

### **Namíbia independente e o progresso inicial em direção à reconciliação**

Na época da independência, em 1990, a Namíbia deu passos significativos para enfrentar seus complexos antecedentes históricos, adotando várias leis que visavam a solucionar as injustiças do passado. Essas medidas incluíram políticas de reforma agrária e esforços para promover a igualdade racial e étnica, bem como iniciativas

para corrigir as disparidades econômicas entre as diferentes comunidades. Apesar desses esforços, o legado do período pré-independência continua a se manifestar de várias maneiras. Essas questões sustentam um tema central no contexto mais amplo do caso e serão analisadas e detalhadas ao longo deste estudo de caso.

Desde a independência, a distribuição de terras favoreceu principalmente os indivíduos das regiões do norte do país que são membros do governante Partido Popular do Sudoeste da África. É importante ressaltar que esses grupos não foram despojados de suas terras durante o regime colonial, e as populações locais Nama e Ovaherero expressam frustração e raiva em relação a essa transferência de território para esses grupos do norte. Enquanto isso, comunidades marginalizadas, como os San, são amplamente negligenciadas nessas discussões. Além dessas complexidades, há a questão não resolvida da restituição de terras ancestrais, referente às terras que foram usurpadas durante o domínio colonial Alemão e expropriadas após a derrota na chamada Guerra Germano-Namibiana. Infelizmente, a atual discussão nacional sobre terras não possui nenhuma menção de justiça retributiva.

## Reconciliação nacional

Desde que conquistou a independência, o governo da Namíbia reconheceu as desigualdades profundamente enraizadas decorrentes de um século de colonialismo explorador e discriminatório alemão e sul-africano e do apartheid. A independência exigiu o reconhecimento e a aceitação dos sistemas sócio-econômicos existentes, incluindo o reconhecimento das terras e dos direitos de propriedade, reduzindo a mudança social apenas a medidas constitucionais sob o tema da “reconciliação nacional”. A necessidade de manter a estabilidade e promover o crescimento econômico levou o governo a trabalhar dentro de certos aspectos do sistema sócio-econômico herdado, em vez de completamente reformulá-lo. A abordagem foi pragmática e controversa, reflectindo os complexos desafios enfrentados pela Namíbia para superar o legado do colonialismo e apartheid.

## Principais estruturas de políticas

Namíbia aprovou a Lei de Proibição de Discriminação Racial de 1991, que proíbe a discriminação racial. No entanto, ao examinar o relatório da Namíbia, o Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial destacou os desafios que permanecem para capacitar as pessoas anteriormente desfavorecidas, especialmente no que diz respeito ao desemprego e à pobreza persistente. Embora tenham sido tentadas iniciativas para aliviar essas discrepâncias por meio de ações afirmativas e redistribuição de terras, ainda existem consideráveis obstáculos e restrições. A Namíbia continua a lutar contra disparidades de riqueza: tanto o poder histórico concentrado na elite econômica branca pré-independência como, mais recentemente, na crescente elite negra politicamente conectada. Os números de 2018 revelaram que pouco mais de 6% da população de 2,4 milhões de pessoas da Namíbia eram Brancos, mas eram proprietários da grande maioria das empresas e de terras agrícolas lucrativas. Outrossim, possuíam uma porção significativa das economias financeiras e do turismo.

Foram feitas algumas tentativas para retificar esse desequilíbrio e empoderar os negros namibianos, como o projeto de lei National Equitable Economic Empowerment Framework (Quadro Nacional de Empoderamento Econômico Equitativo), que originalmente incluía uma cláusula que exigia que as empresas de propriedade de Brancos vendessem uma participação acionária de 25% para os historicamente desfavorecidos negros namibianos. Posteriormente, a cláusula foi removida do projeto de lei, pois se esperava que ela levasse a um rebaixamento da Fitch, afirmando que a proposta afastaria investidores.

Adicionalmente, houveram tentativas de alterar as leis do país para que o governo pudesse confiscar terras de proprietários Brancos e entregá-las à maioria da população Negra, já que o conceito de “willing buyer, willing

seller” (venda voluntária de terras) havia fracassado. O governo também criou um banco de desenvolvimento e um banco de pequenas e médias empresas para ajudar as pessoas de grupos historicamente desfavorecidos a entrar em campos econômicos controlados pelos Brancos. O que posteriormente falhou devido à lavagem de dinheiro. Atualmente, muitos namibianos continuam impossibilitados de participar da economia de forma significativa devido às desvantagens históricas que enfrentaram e às soluções mais recentes que não proporcionaram mudanças significativas.

## **2** Atual situação em relações raciais

A população da Namíbia é diversificada e a raça é apenas uma parte da história. Cerca de 88% da população da Namíbia é Negra; 6% são Brancos; e 7% é mista. Contudo, ir além destas amplas categorias raciais revela a complexidade da identidade na Namíbia. Aproximadamente 50% da população total pertence à tribo Ovambo, o maior grupo. O segundo maior grupo é o povo Kavango, que constitui 9% da população. Outros grupos incluem Damara (7%), Herero (7%), Nama (5%), Caprivian (4%), San (3%), Basters e Coloreds (comunidade de origem mista) (2%) e Tswana (0,5%).

O governo da Namíbia é criticado por não conseguir lidar com a marginalização de grupos minoritários, especialmente a população San, que foi instigada pelas antigas políticas do apartheid. Quando a Namíbia ratificou a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial em 1982, o foco era principalmente o racismo do apartheid entre Brancos e Negros. Entretanto, a estratégia para incluir as minorias étnicas na implementação da convenção foi insuficiente, levando à discriminação contínua, principalmente contra grupos como os San. Em 1971, a maioria dos San vivia em áreas agrícolas comerciais Brancas ou sob autoridades nativas, sendo que apenas 2% mantinham algum controle sobre suas terras tradicionais. A desapropriação de terras aumentou ainda mais a vulnerabilidade econômica deles. Nas fazendas dos Brancos, essa dependência permitiu que os fazendeiros pagassem menos aos San e os tratassem pior do que a outros trabalhadores. Nas áreas comunais, os San se tornaram uma subclasse de mão de obra barata, e sua marginalização econômica foi agravada pela estigmatização social. Muitos nas áreas comunais caracterizavam o status de empobrecimento dos San como inferioridade inata, em vez de reconhecer o tratamento que recebiam, o que consolidava ainda mais sua marginalização. Por exemplo, alguns San tiveram dificuldade para obter uma identificação do governo porque não tinham certidões de nascimento ou outra prova de identidade. Sem uma carteira de identidade emitida pelo governo, os San não podiam obter assistência governamental ou se registrar para votar.

Devido ao acesso limitado (ou à falta total de acesso) à educação, emprego, cuidados de saúde e habitação essenciais, muitos San foram empregados para obter mão-de-obra barata, extorquidos e forçados ao isolamento. As mulheres San na Namíbia suportam as consequências da marginalização, em particular devido ao gênero, por exemplo, a incapacidade de denunciar e procurar proteção contra a violência baseada no gênero.

O governo da Namíbia afirma que a defesa e promoção das questões de direitos humanos que afetam as comunidades marginalizadas são realizadas de acordo com convenções, instrumentos e protocolos internacionais, tais como as Declarações das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas da Discriminação Racial e a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres.

### **3 Como o racismo contribui para os riscos de atrocidade?**

A contribuição do racismo para os riscos de atrocidades na Namíbia está profundamente enraizada na complexa história do país e nos efeitos duradouros do apartheid e do genocídio, que influenciam a atual dinâmica social, incluindo a desigualdade e a discriminação na educação, na mobilidade ascendente e noutros elementos fundamentais da vida cotidiana.

#### **Educação e mobilidade social: as limitações do racismo**

O apartheid reforçou ainda mais a segregação baseada na raça ao promulgar várias políticas discriminatórias contra os Negros Namibianos, tais como sistemas de ensino diferenciados. Por exemplo, a Lei da Educação Bantu de 1953, que implicou quatro anos de escolaridade primária para os Negros em 1958, viu apenas 20% de progresso para níveis mais elevados. Isto teve um impacto significativo sobre os resultados educacionais e de emprego. A Namíbia tem uma das taxas de desemprego mais elevadas, com 20,8%. Embora seja classificado como um país de rendimento médio, existem disparidades significativas em termos de riqueza. Algumas populações marginalizadas enfrentam as piores destas disparidades. As políticas históricas do apartheid, particularmente na educação, deixaram um legado que continua a afetar a sociedade Namibiana contemporânea. O vínculo entre a educação limitada e o elevado desemprego ilustra uma interação complexa que exacerba a fragmentação social no que se refere às relações raciais e aprofunda a dificuldade de mobilidade econômica.

#### **Uma cidade, dois sistemas: segregação espacial duradoura**

Apesar das leis que proíbem a segregação racial, lugares como Windhoek continuam a ser um exemplo claro de divisão racial. O planeamento e a estrutura da cidade refletem uma abordagem contínua de “one-city two-system” (uma cidade, dois sistemas, OCTS), onde os Negros Namibianos vivem frequentemente em condições precárias, refletindo a história colonial e do apartheid do país. De acordo com o Plano Odendaal (1964), os grupos étnicos foram reassentados à força em “terras de origem” ou reservas designadas, cada uma com níveis variados de auto administração limitada. Esse processo visava solidificar as entidades territoriais de cada grupo étnico, alinhando-se com a mais ampla Política Bantustan. Windhoek é reconhecida como uma das cidades mais desiguais da África Subsaariana, com uma distribuição desequilibrada de recursos e serviços que remonta à herança do apartheid colonial da Namíbia, que impôs isolamento geográfico, econômico e social. Prestação de serviços, acesso a instalações de alta qualidade, planeamento, aplicação da lei, governo e a administração de Windhoek ainda estão todos separados.

Uma líder de política relembra em uma entrevista o duro deslocamento de sua família devido a práticas racistas. “O dia em que eles [soldados Brancos] vieram para demolir nossa casa é algo que permanece comigo para sempre.” Seu pai perdeu o emprego e sua mãe foi forçada a trabalhar como doméstica. Ela também oferece um vislumbre íntimo da dualidade de sua interação com a população Branca. “A Sra. Visser nos deixava comer com ela, mas quando o marido aparecia, tínhamos de ir para a nossa casa. Eu estava confusa de porque os Brancos são maus... eu estava morando como doméstica em um quarto externo... no entanto, ela estava buscando amizade.”

No contexto da Namíbia, a segregação espacial destaca uma imagem preocupante do racismo. De acordo com um especialista acadêmico que declarou em sua entrevista, há uma clara divisão entre os Brancos, que vivem predominantemente em áreas urbanas, especificamente em cidades, e os Negros, que residem primordialmente em vilarejos. Essa divisão está profundamente arraigada na sociedade Namibiana, resultando em demarcações distintas no planeamento urbano de acordo com as diferenças raciais. Essa separação também influencia as

interações pessoais. Esse entrevistado relatou que, quando seu pai encontrava uma pessoa Branca, chamava eles de “bass” (chefe), mesmo quando não estava trabalhando para essas pessoas.

Apesar dos esforços para lidar com as disparidades raciais, os resquícios da desigualdade racial ainda são evidentes no planejamento urbano da Namíbia. As cidades, que são predominantemente ocupadas por habitantes não Brancos, servem como um forte lembrete dessa divisão racial. Ao evitar um confronto direto com as disparidades raciais no planejamento urbano, a Namíbia abre mão de uma oportunidade de combater as causas fundamentais da desigualdade e criar comunidades inclusivas. Esse desconforto em torno do tema da desigualdade racial contribui para a perpetuação da violência estrutural, conforme apontado por um especialista em políticas públicas. Essa violência não apenas prejudica a dignidade humana, mas também diminui a qualidade geral da vida das pessoas.

Um aspecto proeminente visível pela lente de uma trabalhadora doméstica é a rotina diária que ela enfrenta. Muitas vezes, esses trabalhadores precisam acordar cedo e pegar ônibus para chegar às casas onde trabalham, geralmente para famílias Brancas. Isso destaca a divisão espacial na sociedade Namibiana, com os Brancos vivendo predominantemente em áreas urbanas e os Negros principalmente em vilarejos. A crise habitacional agrava ainda mais essa questão, pois muitos trabalhadores domésticos vivem em barracos (uma estrutura construída de forma rudimentar, geralmente de metal e madeira) ou em assentamentos informais. A prevalência de barracos não apenas reflete a falta de moradia adequada, mas também expõe a segregação racial no planejamento urbano. A divisão entre municípios predominantemente não Brancos e áreas urbanas predominantemente Brancas está profundamente enraizada e perpetua as disparidades raciais.

Além disso, o legado do plano Odendaal continua a fazer-se sentir na Namíbia, contribuindo para as persistentes divisões e desigualdades raciais que ainda caracterizam a paisagem social e urbana do país. A abordagem OCTS em Windhoek é um exemplo claro de como a segregação étnica deixou uma marca duradoura na nação.

## Propriedade da terra e privação histórica de direitos

Na década de 1920, a África do Sul implementou uma política para assentar Sul-Africanos Brancos pobres na Namíbia, então chamada de Sudoeste da África. Para acomodar esses assentamentos de Brancos, foi introduzida uma lei chamada Native Administration Proclamation 11 de 1922 (Proclamação da Administração Nativa 11 de 1922). A lei proibia que os nativos ocupassem as terras sem a permissão de um magistrado e permitia que o administrador estabelecesse “reservas de nativos” para uso dos nativos ou de grupos raciais ou tribais específicos. O governo sul-africano deu um apoio econômico considerável aos colonos Brancos na época, principalmente porque era um período de seca e condições de mercado difíceis. Entretanto, pouco apoio foi oferecido aos agricultores Negros nativos que residiam nas reservas de nativos. Em 1922, a Comissão de Reservas de Nativos recomendou que 9% das terras dentro da Zona Policial (um termo remanescente da política colonial alemã) fossem reservadas para reservas nativas. Toda a Zona Policial tinha 5 milhões de hectares, mas, em 1925, apenas 2.813.741 hectares ao sul da Zona Policial foram designados para uma população Negra de 11.740 pessoas, enquanto que 7.481.371 hectares estavam disponíveis reservadas para 1.106 colonos Brancos.

A propriedade de terras agrícolas tem sido crucial na evolução social e política da Namíbia, desde os tempos pré-coloniais, passando pela era colonial até a pós-independência. As questões fundiárias continuam sendo fundamentais para os esforços de construção do Estado pós-colonial, principalmente para alcançar a reconciliação nacional e os objetivos do Estado-nação. Os movimentos de libertação não se concentraram apenas em acabar com a dominação estrangeira, mas também prometeram uma sociedade em que os cidadãos desfavorecidos da Namíbia pudessem participar de processos justos de desenvolvimento nacional. A propriedade da terra não é apenas uma questão financeira; ela está fortemente ligada à identidade. As injustiças infligidas aos

povos Nama, Herero, San e Damara tiveram conseqüências econômicas e sociais duradouras. As disparidades de riqueza, recursos e oportunidades geralmente afetam de forma desproporcional os grupos raciais ou étnicos marginalizados, perpetuando ciclos de pobreza e reforçando atitudes racistas. “Mesmo hoje, a maior parte das terras da Namíbia pertence a fazendeiros Brancos. A transferência colonial de riqueza, os genocídios e a opressão racista de um século criaram um legado de exclusão transgeracional social, econômica e cultural.” Políticas históricas como a Native Administration Proclamation (Proclamação da Administração Nativa) ainda moldam as questões de propriedade de terras na Namíbia. Entretanto, a propriedade da terra transcende a mera economia e também está ligada à identidade cultural.

## Oportunidades perdidas: o acordo de reconciliação conjunta entre a Alemanha e a Namíbia

Em 2015, a Alemanha reconheceu seu genocídio no sudoeste colonial da África e chegou a um acordo de reconciliação com a Namíbia em maio de 2021. No entanto, o acordo foi criticado por ser insuficiente e uma forma de simbolismo. Os líderes comunitários criticaram o próprio processo de negociação, argumentando que não foram adequadamente consultados ou envolvidos. Entretanto, o governo Alemão resistiu à caracterização do acordo, afirmando que o pacote de ajuda não deve ser visto como reparação. Críticos argumentam que isso representa uma evasão de responsabilidade, pois não reconhece uma obrigação moral específica de reparar erros históricos, diferentemente das reparações. Além disso, a ampla aplicação do financiamento do desenvolvimento pode não atender às necessidades específicas das comunidades afetadas. Também pode refletir uma dinâmica de poder desigual entre a Alemanha e a Namíbia, permitindo que a Alemanha mantenha o controle sobre como os fundos são usados. Essa abordagem é vista por alguns como a perpetuação de desigualdades históricas e atitudes paternalistas. As conversas entre governos também não produziram uma reconciliação real com os descendentes individuais das populações locais mais afetadas pelo genocídio. O acordo de reconciliação pode indicar o início de um processo compartilhado de reconsideração na política externa sobre cultura e educação. Entretanto, os resultados preliminares das discussões bilaterais entre a Alemanha e a Namíbia mostram que a reconciliação real continua sendo um objetivo distante. A natureza do pedido de desculpas (como uma admissão de genocídio) tem ramificações legais para a compensação, e a expressão “reparações” foi propositalmente evitada pelo lado alemão, pois abriria um precedente perigoso sobre o processo de reconciliação.

Há um forte sentimento de exclusão entre as comunidades afetadas, que acreditam que não foram adequadamente representadas no processo de negociação. Embora o governo argumente que os membros da comunidade afetada faziam parte da equipe da Namíbia, as comunidades argumentam que esses eram indivíduos contratados pelo governo não verdadeiros representantes de seus interesses. Como resultado, sentem que a negociação foi mais de governo para governo, sem a verdadeira contribuição e adesão da comunidade. As comunidades afetadas dizem que o fato de os negociadores terem sido contratados pelo governo significa que eles entraram em uma estrutura já estabelecida com parâmetros que resultaram em negociações entre os dois enviados. Além disso, a quantia de dinheiro (1 bilhão de euros ao longo de 30 anos) proposta pela Alemanha como pedido de desculpas para o desenvolvimento é vista como insuficiente, pois eles acreditam que ela não aborda as cicatrizes emocionais e a dor causada pelo genocídio. Como um entrevistado declarou categoricamente: “O dinheiro que a Alemanha propôs é uma piada.” Portanto, há um apelo para que o processo relativo às reparações seja reiniciado para incorporar melhor as perspectivas deles.

## Disparidades sócio-econômicas

Apesar de ser classificada como uma nação de rendimento médio, a Namíbia apresenta discrepâncias substanciais de riqueza e disparidades sócio-econômicas herdadas do regime do apartheid. A riqueza atual do país e as perspectivas econômicas futuras continuam concentradas nas mãos de uma elite econômica Branca pré-

independência. Na Namíbia, as populações marginalizadas incluem, mas não estão limitadas a, aqueles excluídos devido ao seu estado de raça, identidade de gênero, orientação sexual, idade, capacidade física, língua e/ou imigrante. Os San, Ovaherero, Ovambo e Nama são todos considerados marginalizados, ilustrando como a marginalização ocorre quando indivíduos ou grupos são negligenciados ou empurrados para as margens da sociedade, incapazes de participar plenamente na vida social, econômica e/ou política.

## Consolidando a supremacia Branca: o papel do apartheid no racismo

A entrevista com uma política nacional fornece uma visão sobre os impactos pessoais a longo prazo do racismo sistêmico nas comunidades Namibianas. Ela relembra o elogio da avó: “Quando você crescer, quero ter certeza de que terá um marido Alemão.” Esta aspiração de casar fora da raça Negra reflete um complexo de inferioridade internalizado nascido de uma história de genocídio e racismo sistêmico.

O pessoal e o sistêmico podem convergir, conforme indicado nos vários relatos dos entrevistados sobre a segregação racial na educação e o impacto sobre sua capacidade de aprender e concretizar. Um professor de teologia relatou em uma entrevista suas experiências pessoais e relatos de testemunhas oculares de violência: “Meu tio foi morto diante de meus olhos pelos soldados do apartheid... eu tinha 10 anos de idade.” Em outra ocasião, ele disse que “um Branco qualquer me deu um tapa porque eu estava ao lado do carro dele.” E sua educação também sofreu um impacto significativo, como explica: “Durante meu ensino médio, fui para uma escola anterior[mente] de Brancos, mas como fui reprovado em matemática, tive dificuldades para ter acesso à escola.” O entrevistado continuou a explicar a segregação na educação: “Matemática era o parâmetro de inteligência. Fomos colocados na mesma classe com alguns alunos de cor e nenhum aluno Branco.” O sistema educacional não apenas tratava os alunos Negros e Brancos de forma diferente do ponto de vista acadêmico, mas também os excluía financeiramente com base na raça. Afirma que foi ameaçado de suspensão da escola por falta de pagamento das taxas escolares, mas seus colegas Brancos não foram suspensos por falta de pagamento. Além das notas reais, o entrevistado articulou o dano emocional da baixa confiança como aluno não Branco. “A escola era predominantemente de Brancos... [Disseram-me] Você não vai se adaptar [à] série superior, portanto, deve ficar no nível comum.” Ele explicou a realidade simples, mas dolorosa, de sua juventude: “Sofremos racismo na escola... mas ninguém nos protegeu.”

Outro entrevistado contou suas próprias experiências ao crescer no vilarejo de Ngandu, hoje conhecido como Kavango West. Ele descreveu os maus-tratos que ele e outros alunos sofreram na escola secundária, onde os professores Brancos os desencorajavam a seguir determinados estudos. Ele também compartilhou um incidente em que ele e seu irmão foram erroneamente considerados como ladrões e enfrentaram hostilidade em uma área dominada por Brancos.

Um analista político observa em sua entrevista suas experiências de hostilidade racial, começando com uma agressão explícita no início da década de 1990. “[Alguém] xingou-me de um carro e desapareceu.” Nos últimos anos, ele aponta para formas mais sutis de discriminação, às vezes chamadas de «micro agressões», principalmente na cidade costeira de Swakopmund. Por exemplo, ele relata a sensação de ser ignorado em um restaurante como um exemplo de racismo contínuo, ainda que menos evidente.

Permanece a necessidade de reconhecer o impacto duradouro do racismo sistêmico, por meio do genocídio e do apartheid, que consolidaram a supremacia Branca na sociedade Namibiana. As discussões destacaram como esses eventos históricos promoveram a discriminação racial, a desigualdade e os sentimentos internalizados de inferioridade entre as comunidades marginalizadas. Essas narrativas pessoais detalham as experiências de racismo, disparidades educacionais e micro agressões sociais, muitas vezes ignoradas, destacando as consequências de longo alcance dessas injustiças históricas. Essas discussões também esclareceram o impacto

de políticas como a segregação escolar e o acesso a permissões de trabalho e como essas medidas visavam controlar e desvalorizar os indivíduos Negros, perpetuando uma narrativa de inferioridade.

É importante abordar as ações de agentes não estatais e seu papel em eventos históricos como o genocídio na Namíbia. Em uma entrevista, um especialista em políticas públicas questionou a falta de responsabilização pelas atrocidades cometidas durante o genocídio e destacou a importância de reconhecer a violência sistêmica infligida por militares e agentes não estatais. «A falácia comum é focar apenas no Estado e desconsiderar o papel dos agentes não estatais. Precisamos abordar a violência cometida por agentes estatais e não estatais, coordenando uma resposta abrangente ao racismo sistêmico.»

## Dias nacionais: exclusão na comemoração

*“O que estou comemorando? Milhões de dólares são gastos na comemoração... as pessoas lutam para conseguir comida. Eu não gostaria que meus pais gastassem tanto dinheiro para comemorar meu aniversário enquanto não temos nada para comer em casa.”*

Os entrevistados levantaram preocupações sobre a falta de total aceitação e discussão aberta sobre o genocídio, especialmente a ausência de reconhecimento e comemoração nacional. Portanto, propõe-se um apelo por práticas de lembrança mais inclusivas, incluindo um dia nacional de memória do genocídio e a construção de mais estruturas memoriais. A falta de participação dos cidadãos Brancos também foi destacada, juntamente com uma proposta de práticas mais inclusivas que atendam à geração pós-independência. Em relação a isso, alguns participantes questionaram a relevância dos feriados nacionais em uma sociedade marcada pela desigualdade e pelas dificuldades, criticando os gastos com comemorações enquanto muitos têm dificuldades para atender às necessidades básicas.

Os dias nacionais e a construção da nacionalidade também podem ser influenciados pela dinâmica racial. O legado do apartheid e do desenvolvimento racialmente segregado ainda afeta a forma como os dias nacionais são observados e quem se sente incluído nessas comemorações. Por exemplo, a politização dos alimentos durante as comemorações nacionais pode refletir divisões raciais e socioeconômicas mais profundas. E o reconhecimento de certas figuras como heróis nacionais pode se cruzar com questões raciais, uma vez que certas figuras repercutem de forma diferente em vários grupos raciais e étnicos do país, refletindo divisões históricas.

As interpretações e os significados associados a esses dias nacionais podem diferir em vários níveis de governo, destacando a natureza fluida da nacionalidade. De fato, o conceito de nação é frequentemente desenvolvido e negociado não apenas sob a perspectiva nacional, mas também sob as perspectivas das autoridades locais e regionais.

As preocupações com os dias e as histórias nacionais na Namíbia abrangem a falta de reconhecimento das atrocidades históricas, a desigualdade nas práticas de comemoração, a dinâmica racial persistente, a controvérsia sobre as figuras nacionais e a natureza complexa da nacionalidade - tudo isso destaca profundas divisões sociais e questões não resolvidas. Isso não apenas reflete as disparidades sócio-econômicas históricas e atuais, mas também expõe tensões subjacentes que podem aumentar o risco de atrocidades.

## Preconceito étnico e tribalismo

*“Esse racismo nem sempre é algo consciente... nem sempre é facilmente visível, mas pode ser identificado [no] comportamento.”*

*“Há uma classificação não escrita baseada na etnia... porque ser um tribalista é fazer o que os colonialistas queriam.”*

A crescente divisão social e racial nas comunidades da Namíbia, exacerbada por um sentimento generalizado de baixa auto estima, sendo um tema predominante. Acredita-se que essa divisão e a falta de confiança tenham origem em um longo histórico de abusos dos direitos humanos, com os entrevistados relacionando-os ao racismo internalizado e aos remanescentes assombrosos do genocídio.

*“Quando você entra em agências governamentais, percebe que o fluxo de poder está concentrado [nas] mãos de indivíduos da mesma região.”*

As questões de preconceito cultural e o desafio de gerenciar várias identidades em uma sociedade multicultural também vêm à tona, com ênfase na importância da identidade nacional. O reconhecimento da diversidade das tribos e de sua riqueza cultural é vital para a construção de uma identidade nacional. No entanto, é feita uma advertência sobre a hegemonia da política de identidade, que poderia promover o domínio tribal e impedir a adoção do multiculturalismo pela nação

O casamento inter-racial e o casamento entre diferentes tribos ainda são limitados na Namíbia, embora haja sinais de progresso, principalmente entre a geração mais jovem. A segregação histórica e a crença na superioridade de determinados grupos étnicos contribuíram para a falta de aceitação. Embora as gerações mais jovens demonstrem mais abertura e aceitação da diversidade, a visão mais ampla da sociedade sobre o casamento inter-racial continua mista. Alguns participantes destacaram que “os Brancos não estão prontos para se casar com pessoas Negras, especialmente com os Namibianos Brancos”, o que indica que ainda existem barreiras significativas para essa integração. Há também a necessidade de curar as feridas históricas infligidas pelos Namibianos uns aos outros, pois um participante destacou que “não devemos nos reconciliar apenas com os Brancos, mas também com nossos companheiros que me torturaram nas masmorras de Lubango”.

Essas reflexões destacam formas sutis e latentes de racismo e tribalismo na sociedade Namibiana, revelando uma questão subjacente que pode contribuir para o risco de atrocidades. O comportamento racista inconsciente, muitas vezes junto com o poder concentrado em regiões ou grupos étnicos específicos, reforça os preconceitos sistêmicos. Esses fatores podem promover divisões sociais e raciais, ainda mais exacerbadas por um histórico e experiências de abusos de direitos humanos e genocídio. Por fim, a sensação de racismo e tribalismo internalizados pode alimentar sentimentos de ressentimento, desconfiança e exclusão que, se não forem resolvidos, podem criar um ambiente propício a novos conflitos e atrocidades.

## **A IMPORTÂNCIA DA ALOCAÇÃO EQUITATIVA DE RECURSOS**

Outra teoria é que os processos de tomada de decisão do governo, especialmente a alocação de recursos, podem ser influenciados por preconceitos étnicos. Há uma disparidade percebida no desenvolvimento regional, o que leva a especular se a percepção do governo sobre determinadas comunidades poderia ser um fator. Com relação à área de residência, a população rural era multidimensionalmente mais pobre do que a população urbana, com respectivamente de 59,3% e 25,3%. Isso indica que as pessoas em áreas rurais têm maior chance de sofrer privações múltiplas do que as pessoas em áreas urbanas. Os índices de pobreza também foram examinados nas quatorze regiões administrativas da Namíbia. Observou-se um gradiente óbvio nos índices de contagem de pessoas por região, onde a incidência da pobreza multidimensional foi mais elevada em Kavango West (79,6%), Kavango East (70,0%) e Kunene (64,1%)”. Esses padrões destacam um sentimento avassalador de exclusão,

injustiça e insatisfação entre algumas comunidades da Namíbia. Estes sentimentos poderão agravar as tensões existentes, fomentando um clima de ressentimento e desconfiança que poderá, por sua vez, conduzir a conflitos ou mesmo atrocidades se não forem abordados.

## Discurso de ódio e o papel das mídias sociais

O discurso de ódio e a retórica inflamatória, principalmente nas mídias sociais, permeiam a sociedade Namibiana, com tribos ou grupos étnicos específicos sendo frequentemente escolhidos e insultados com base em seus costumes, vestimentas, alimentação ou comportamento. Essa situação intensifica ainda mais as divisões existentes e desafia a ideia de “Uma Namíbia, Uma Nação.” Embora a Constituição da Namíbia consagre a liberdade de expressão e proíba a discriminação racial (aplicada por meio da Lei de Proibição da Discriminação Racial de 1991), a eficácia dessa lei é questionada devido à ausência de processos judiciais bem-sucedidos e ao aumento das plataformas digitais que exacerbam o problema.

Outro grupo que sofre com a discriminação é a comunidade LGBTQI+. Isso foi observado após uma recente decisão da Suprema Corte da Namíbia, que exigiu que o governo reconhecesse casamentos internacionais entre pessoas do mesmo sexo. Essa decisão provocou um aumento acentuado no discurso de ódio e na retórica agressiva contra a comunidade LGBTQI+. Desde então, vários membros do parlamento têm sido acusados de incitar a violência e o discurso de ódio, devido a declarações que pedem assédio, abuso e danos físicos contra pessoas LGBTQI+, especialmente em mídias sociais e grupos de WhatsApp.

O discurso de ódio direcionado a grupos específicos, principalmente à comunidade LGBTQI+, pode promover um ambiente de hostilidade e divisão, pois o discurso de ódio não é classificado como crime. Quando o discurso de ódio se torna normalizado ou não é controlado, o risco de ele levar a atrocidades mais significativas se torna uma possibilidade muito real e alarmante. Bottom of Form

## Desigualdade interconectada

### DISPARIDADES SÓCIO-ECONÔMICAS

*“Nós herdamos esse sistema de apartheid e simplesmente o substituímos por pessoas Negras.” “A cultura violenta não mudou... protegendo os privilégios de minorias Negras e Brancas... consagrados em nossa cultura política.”*

No panorama sociopolítico da Namíbia, enraizado na história repressiva do apartheid, apenas mudou a cor da opressão sem remover suas nuances mórbidas. O sistema herdado sustenta uma cultura divisiva de proteção do poder, favorecendo desproporcionalmente uma minoria de elite de Negros e Brancos, enquanto a maioria agoniza em dificuldades socioeconômicas. Essa distribuição desigual de dinheiro e de oportunidades está firmemente entrelaçada na estrutura do país. Para alguns, isso leva a um caminho perigoso para a criminalidade, ainda mais exacerbado pela falta de programas eficazes de recuperação e reabilitação. Para complicar ainda mais a situação, as instituições de apoio social estão divididas, o que frequentemente resulta na realocação da família, no agravamento das lacunas socioeconômicas e na perpetuação do ciclo de violência. Assim, a cultura violenta persiste, não apenas devido a ideias raciais herdadas, mas também como resultado de desigualdades estruturais contínuas que alimentam esse ciclo vicioso. Não se trata apenas de uma história de Negros e Brancos, mas de um reflexo mais amplo de poder, privilégio e desigualdade sistemática.

## MERCADOS INFORMAIS E O LEGADO DO RACISMO:

*“O futuro do trabalho está na economia informal...”*

Os mercados informais na Namíbia consistem, em grande parte, de indivíduos de comunidades marginalizadas que não têm acesso a oportunidades econômicas formais, em parte devido a resquícios das estruturas racialmente preconceituosas do apartheid. O relatório da Pesquisa da Força de Trabalho da Namíbia de 2018 mostrou que mais da metade (57%) das 725.742 pessoas empregadas no país estão no setor informal. Essa exclusão das estruturas econômicas formais reforça as divisões raciais socioeconômicas, deixando as pessoas do setor informal vulneráveis ao racismo sistêmico. Embora o risco de atrocidades não seja abordado diretamente, as condições e os temas subjacentes certamente destacam áreas potenciais de preocupação que podem levar a tais riscos.

### **4** Como as comunidades resistiram e enfrentaram o racismo

#### A dor duradoura do trauma transgeracional

As experiências das vítimas que testemunharam uma violência terrível lançaram uma longa sombra sobre as gerações seguintes. A exploração do trauma transgeracional por uma entrevistada ressalta os efeitos duradouros do genocídio. Ela reflete a esse respeito: “essa dor e esse trauma foram transformados de uma geração para a outra.” Essa observação poderosa demonstra o impacto psicológico duradouro de tais atrocidades.

Em outra entrevista, um especialista em políticas de desenvolvimento ilustrou o trauma que persiste na Namíbia e enfatizou a necessidade de recuperação: “Vejo uma Namíbia traumatizada, onde, em nome da paz, muitos de nós deixamos para trás nossa própria dor para servir. Há lembranças que voltam... Nem sequer sabemos onde estão seus túmulos... como podemos ter uma finalização...”

Há cicatrizes profundas deixadas pelo genocídio Alemão nas comunidades Herero, Nama, Damara e San, afetando não apenas suas terras, mas também de suas identidades. Um entrevistado continuou a destacar que negligenciar o bem-estar psicológico do país perpetua o legado do colonialismo.

Um especialista em políticas públicas também refletiu em sua entrevista sobre os efeitos do colonialismo no impacto psicológico na Namíbia. Ele levantou a seguinte questão: “Já fizemos o suficiente para lidar com os efeitos psicológicos?” Embora reconhecendo que “a independência política está em vigor” na Namíbia e em todo o continente, o entrevistado lamenta as seqüelas mentais persistentes, afirmando: “Pensamos que a independência seria a cura [para] tudo isso... mas negligenciamos os danos causados às nossas mentes.” Suas palavras revelam uma profunda preocupação com as feridas psicológicas não resolvidas que persistem após o domínio colonial. Os maus-tratos e a violência infligidos a certas raças e grupos étnicos criaram uma cultura de raiva que ainda não foi totalmente tratada. A cultura de violência e maus-tratos afetou todas as comunidades, independentemente da etnia, criando uma experiência compartilhada de trauma. As feridas não curadas do passado continuam a afetar a sociedade Namibiana, sustentando as divisões sociais e dificultando o caminho da nação em direção à reconciliação.

## Genocídio cultural

A perda cultural entre as comunidades da Namíbia é outro tema crucial. Um entrevistado constatou: “Nossos sistemas e valores culturais agora são vistos por uma lente europeia. A academia é [uma] forma eurocêntrica de ensino, as pessoas que estamos citando, o conteúdo, os homens Brancos mortos vivem em nossas salas de aula por meio do sistema educacional.” O entrevistado também observou a distinção no currículo da Namíbia entre o genocídio colonial alemão na África Negra e o genocídio alemão na Europa. “O currículo nacional da Namíbia não inclui muito sobre o genocídio na Namíbia, mas cobre os crimes da Alemanha Nazista. Até a 10ª série, a história é uma matéria obrigatória, mas é muito geral e mais factual, do gênero de “isso aconteceu nesse dia”. Somente na 11ª e 12ª séries, onde a história é uma disciplina optativa, o currículo se torna mais detalhado, envolve os alunos e exige uma reflexão mais crítica da história.”

*“Um canal de doutrinação está ativo e em andamento e, muitas vezes, os memoriais representam o opressor, não as vítimas. A cultura pré-colonial é frequentemente demonizada. Ainda é necessário contextualizar estes monumentos e o que eles roubaram de nós.”*

Liberação mental por meio da descolonização da academia em todo o continente é importante, mas ainda está por ser alcançada. As influências eurocêntricas nos métodos de ensino, no conteúdo curricular e na confiança na experiência ocidental ofuscam o conhecimento e as práticas indígenas.

Além disso, foi expressa uma crítica à iconografia e aos memoriais prevaletentes que reforçam as narrativas coloniais e minimizam o sofrimento sofrido pelas comunidades indígenas. Estes símbolos perpetuam uma versão distorcida da história e prejudicam o significado da cultura pré-colonial. Finalmente, aborda a indiferença governamental em relação à arte e cultura indígenas, o que reflete uma questão social mais ampla de favorecer os ideais ocidentais em detrimento das tradições e práticas indígenas. Esta negligência é vista como outro aspecto da perda cultural e uma barreira para alcançar a descolonização.

## Advocacia pelas comunidades locais

### FRENTE JURÍDICA

*“O assassinato brutal do meu irmão catalisou a minha busca por justiça. “Naquela época, não havia como conseguirmos justiça... havia um juiz Branco, um promotor Branco e policiais Brancos. Fui estudar Direito para conseguir justiça.”*

Grupos comunitários na Namíbia assumiram a liderança numa batalha legal em 2023 que desafia uma declaração conjunta entre a Alemanha e a Namíbia sobre o genocídio dos povos Herero e Nama de 1904 a 1908. Este passo significativo enfatiza a exigência da comunidade por reparações diretas e negociações transparentes. Entretanto, num caso relacionado mas separado de 2019 nos Estados Unidos, descendentes das tribos Herero e Nama, representando interesses comunitários, pediram indenização à Alemanha por atrocidades históricas. No entanto, os seus esforços foram frustrados quando a juíza distrital dos EUA Laura Taylor Swain rejeitou o processo, invocando a imunidade da Alemanha ao abrigo da Lei de Imunidades Soberanas Estrangeiras. Juntas, estas ações legais lideradas pela comunidade refletem a luta intrincada e contínua para resolver as injustiças históricas decorrentes do domínio colonial Alemão na Namíbia, mostrando o papel crucial da defesa da comunidade no direito e nas negociações internacionais.

## MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE

Ativistas e membros da comunidade em Windhoek fizeram uma campanha bem-sucedida para a remoção da estátua de Curt von François, que simbolizava a opressão colonial e a violência contra o povo Nama. A remoção da estátua representa um esforço coletivo para confrontar as injustiças históricas e o racismo. Da mesma forma, os ativistas iniciaram uma petição on-line para remover a forca, um monumento que representa o linchamento e o imperialismo Branco, insistindo que ela deveria ter sido removida após a independência da Namíbia. Ambos os exemplos demonstram os esforços de ativistas e comunidades para desafiar e remover símbolos que representam e perpetuam a opressão racial e o colonialismo na Namíbia. Houve uma recomendação para que as estátuas históricas fossem substituídas por figuras mais representativas que encapsulassem as várias tribos da Namíbia, impulsionadas pelas comunidades locais e não apenas pelo governo nacional.

## 5 Sucessos e desafios no enfrentamento do racismo

### Sucessos e progresso na Namíbia

Podemos resumir alguns dos sucessos que observamos nas conversas com os entrevistados, no desenvolvimento de políticas e nas mudanças legais que podem ajudar a reduzir o racismo sistêmico e os preconceitos legais na sociedade da Namíbia. Isso inclui reformas legais, por exemplo, o fim de quase um século de apartheid sob o domínio da África do Sul. O estabelecimento de estruturas legais para promover a igualdade pode ser visto como um passo na direção certa. Também observamos que a pressão da comunidade internacional sobre a Namíbia para tratar das atuais divisões raciais e étnicas levou o país a se adequar aos princípios e acordos globais de direitos humanos, o que significa um compromisso com o tratamento dessas questões. Também creditamos o aumento da conscientização e da defesa de grupos, tanto dentro quanto fora da Namíbia, o que pode ser considerado positivo, embora a eficácia possa ser variável.

### Desafios que permanecem para uma maior igualdade racial e étnica na Namíbia

Apesar dos sucessos mencionados acima, os efeitos persistentes do apartheid continuam a criar disparidades e divisões raciais. Entre as questões mais proeminentes está a disparidade econômica. Isso inclui a desapropriação histórica de terras, a decisão pós-independência de reconhecer e manter a disparidade existente na propriedade da terra e a segregação espacial das comunidades. Grupos minoritários como os San continuam sofrendo, enquanto uma elite Branca e uma minoria Negra prospera. Também observamos as políticas governamentais ineficazes, em que os programas de desenvolvimento atuais existem, mas não contam com recursos suficientes e diretrizes claras e quantificáveis. Continua faltando uma proteção legal robusta. Mesmo quando existem leis, elas não são implantadas com eficácia e consistência suficientes para causar o impacto desejado. E, como muitos entrevistados explicaram, alguns preconceitos raciais são as atitudes e percepções culturais mais discretas sobre a raça. Isso inclui desde a inclusão de dias nacionais até atitudes sobre casamento inter-racial e inter-étnico. Apesar de algumas melhorias entre a geração mais jovem, as crenças sociais sobre grupos marginalizados continuam a prejudicar sua aceitação na sociedade, bem como sua narrativa interna a respeito de si mesmos.

# 6 RECOMENDAÇÕES

## Governo

### ESTRUTURAS DE POLÍTICAS

Ações afirmativas, proteções constitucionais e a Nova Estrutura de Empoderamento Econômico Equitativo são algumas das estratégias proativas que abordam a marginalização histórica e a discriminação sistêmica. No entanto, esses mecanismos não conseguem, por si sós, eliminar as disparidades raciais - resultados e oportunidades desiguais que diferentes grupos raciais ou étnicos enfrentam em vários domínios da sociedade, como emprego, educação, riqueza, moradia e acessibilidade de recursos.

Para lidar com a desigualdade, alterar as estruturas existentes e abrir oportunidades para as comunidades marginalizadas, o foco é no ambiente macroeconômico, na infraestrutura, no desenvolvimento de habilidades e na acessibilidade financeira. Também é importante garantir moradia robusta, assistência médica universal e políticas públicas aprimoradas. Abrir oportunidades por meio de políticas de ação afirmativa e legislação anti-discriminação e promover vozes marginalizadas nos órgãos de tomada de decisão. Reconsiderar as políticas econômicas, pois o desemprego e o crescimento econômico são fatores importantes, já que a concentração de riqueza pode persistir ou piorar a desigualdade.

### DIAS NACIONAIS E COMEMORAÇÕES MAIS INCLUSIVAS

A população da Namíbia, embora pequena, é composta por diversos grupos étnicos, cada um com suas próprias histórias, tradições e experiências históricas únicas que devem ser celebradas e reconhecidas. Portanto, devemos garantir que os feriados nacionais e os museus representem todas as comunidades e reflitam todos os eventos históricos do arco da história da Namíbia. Desde o heroísmo dos povos Herero e Nama nas guerras de resistência até o legado do povo San como os primeiros habitantes da Namíbia, essas narrativas devem ser incorporadas às comemorações do dia nacional. Vale a pena observar como as mudanças demográficas e de atitudes também estão afetando a forma como esses dias são celebrados, muitas vezes politizando os episódios e levando a debates sobre sua relevância.

### FACILITAR DIÁLOGO NACIONAL SOBRE O PASSADO

Os museus da Namíbia podem oferecer oportunidades para confrontar e compreender a história multifacetada do país, inclusive os legados dolorosos da colonização, incluindo o genocídio e o apartheid. Embora os museus possam servir como repositórios da memória coletiva, a curadoria de exposições que se aprofundam nas experiências históricas de cada grupo étnico e prestam atenção às vozes sub-representadas pode oferecer uma plataforma para o diálogo, o perdão e a justiça restaurativa. É necessário apresentar uma visão inclusiva e imparcial da história, ao mesmo tempo em que se navega pelo delicado equilíbrio entre o relato da verdade, a reconciliação e a justiça.

### AUMENTAR OS MECANISMOS DE AMPARO PSICOSSOCIAL

É preciso haver uma integração sistemática do apoio psicossocial em todas as esferas da política pública, desde a educação e a saúde até a justiça criminal e o bem-estar social. Isso ajudará a lidar com vários níveis de trauma, seja individual, familiar ou comunitário, uma vez que as experiências e manifestações de trauma podem ser

distintas. Investir em iniciativas de cura lideradas pela comunidade também é fundamental, conforme evidenciado por países como Ruanda. É essencial reconhecer o poder das comunidades nos processos de recuperação e reconciliação. Entretanto, todas essas medidas devem ser executadas com muita cautela para garantir que não involuntariamente transformem experiências pessoais extremamente dolorosas em um espetáculo público. Deve haver uma ênfase clara no respeito e na dignidade dos sobreviventes de traumas, e suas histórias devem ser tratadas com sensibilidade e confidencialidade.

## **MELHORAR A COLETA DE DADOS E INFORMAÇÕES SOBRE RAÇA**

A falta de uma coleta exaustiva de dados sobre a raça impede uma compreensão completa do progresso obtido na abordagem dessas questões. Ao quantificar essas disparidades, os formuladores de políticas, pesquisadores e ativistas podem ter uma visão das causas subjacentes da desigualdade, como elas são reforçadas e criar intervenções direcionadas para combatê-las. Além disso, a compilação de dados sobre raça fornece contexto histórico e permite o monitoramento do progresso ao longo do tempo. Por fim, os dados podem ajudar a quantificar e ampliar as perspectivas de grupos sub-representados e lançar luz sobre as experiências de vários grupos raciais e étnicos.

## **PARTICIPAÇÃO SIGNIFICATIVA DA COMUNIDADE**

O governo deve garantir que as comunidades indígenas e minoritárias estejam envolvidas de forma significativa nos processos de tomada de decisão relativos ao planejamento, à execução e à avaliação dos programas de desenvolvimento. Deve haver espaço para alterar os programas se as comunidades envolvidas manifestarem sua oposição por meio de um processo de consulta que seja supervisionado de forma independente.

### **Sociedade civil**

## **APRIMORAR O PROCESSO: ENVOLVER OS LÍDERES DAS COMUNIDADES AFETADAS E CONSTRUIR PARCERIAS**

Deve ser adotada uma abordagem consistente, independentemente de raça ou etnia, para tratar de injustiças históricas e buscar reparações. Os atores estatais e não estatais devem desempenhar um papel significativo na negociação e na implementação, garantindo que as vozes das comunidades afetadas sejam amplificadas e que os membros sejam participantes ativos na formação do processo de reparação. As autoridades tradicionais dessas comunidades devem ser envolvidas para garantir uma compreensão abrangente das atrocidades cometidas no passado e das necessidades das populações afetadas. As negociações de reparação devem se concentrar na recuperação, reabilitação e desenvolvimento, incluindo programas educacionais, iniciativas de memorialização, apoio à saúde e capacitação econômica das comunidades afetadas.

Além de garantir que as comunidades afetadas façam parte do processo, é importante também dar a elas o apoio de outros grupos. Isso inclui a colaboração com outras organizações da sociedade civil, órgãos internacionais e agências governamentais para criar uma intervenção intersetorial.

## **OBJETIVOS ESPECÍFICOS DAS MELHORIAS DA SOCIEDADE CIVIL.**

Além de aprimorar o processo com a inclusão da comunidade e de aliados organizacionais, é importante definir metas específicas. Por exemplo, é fundamental melhorar a educação sobre o genocídio e o apartheid, bem como o racismo

sistêmico atual e os preconceitos sociais. Colaborar com a academia, a mídia e outras partes interessadas para criar uma conscientização pública sobre racismo, diversidade cultural e inclusão. Integrar e fortalecer o conhecimento indígena juntamente com o conhecimento ocidental. Da mesma forma, a assistência jurídica é importante e, portanto, recomenda-se oferecer serviços de apoio, como assistência jurídica a indivíduos e comunidades afetados pela discriminação racial. Isso poderá ajudá-los a enfrentar os obstáculos legais. O fornecimento de apoio psicossocial pode ajudar a curar a auto-imagem negativa das comunidades afetadas e, portanto, é importante oferecer serviços liderados pela comunidade a indivíduos e grupos afetados pela discriminação racial. Para acompanhar o progresso de todas essas iniciativas, é preciso haver monitoramento e relatórios sobre a discriminação racial. Estabeleça sistemas de monitoramento baseados na comunidade para acompanhar os incidentes de discriminação racial e a implementação de políticas relevantes para combatê-la.

## Agências multilaterais

### APOIAR INICIATIVAS ABRANGENTES DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO

Apoiar o governo da Namíbia no desenvolvimento e na implementação de leis e políticas abrangentes contra a discriminação que abordem especificamente os direitos e as necessidades das comunidades indígenas e minoritárias. Isso inclui a promoção da participação ativa e inclusiva dessas comunidades nos processos de tomada de decisão, conforme mencionado anteriormente, e a garantia de que os programas de desenvolvimento estejam em sintonia.

### INVESTIR EM EDUCAÇÃO E CAMPANHAS DE CONSCIENTIZAÇÃO

Colaborar com ONGs de base e líderes comunitários para criar e financiar campanhas de conscientização pública que combatam o racismo e o tribalismo. Esses programas devem ter como objetivo promover a compreensão, a tolerância e a aceitação entre diferentes grupos raciais e étnicos.

### FORTALECER OS MECANISMOS DE MONITORAMENTO E RELATÓRIOS

Estabelecer mecanismos de monitoramento e relatórios robustos, independentes e transparentes para avaliar a implementação de políticas e a situação geral da discriminação racial na Namíbia. Isso pode incluir o apoio à criação de órgãos independentes que possam fazer consultas às comunidades afetadas.

## Referências

*An analysis of the Namibian Commercial Agricultural Land Reform Process Land, Environment and Development (LEAD) Project* LEGAL ASSISTANCE CENTRE (2005) (Uma análise do Processo de Reforma Agrária Agrícola Comercial da Namíbia Projeto Terra, Meio Ambiente e Desenvolvimento (LEAD) CENTRO DE ASSISTÊNCIA LEGAL (2005)). Disponível em: <https://www.lac.org.na/projects/lead/Pdf/landwefarm.pdf> (Acessado: 06 de junho de 2023).

“Committee On the Elimination of Racial Discrimination Examines the Report of Namibia.” 2016. Un Geneva. 6 de maio de 2016. <https://www.ungeneva.org/en/news-media/meeting-summary/2016/05/committee-elimination-racial-discrimination-examines-report>.

Chomba, Salome M. “The universality of human rights (A universalidade dos direitos humanos): Challenges for Namibia (Desafios para a Namíbia).” *Human rights and the rule of law in Namibia (Direitos humanos e Estado de direito na Namíbia)*. Windhoek. Macmillan Namibia, 2008.

- Chothia, Farouk. "Namibia Pulls down German Colonial Officer's Statue in Windhoek (Namíbia Derruba Estátua de Oficial Colonial Alemão em Windhoek)." BBC. BBC News, 23 de novembro de 2022. <https://www.bbc.co.uk/news/world-africa-63728105>.
- De Klerk, Eveline. "Gallows Make 'Mockery of Black Pain'... Petition Seeks to Remove Offensive Landmark (Forca Faz 'Zombaria da Dor Negra'... Petição Busca Remover Marco Ofensivo)." *New Era Namibia* (Windhoek), 3 de junho de 2020.
- "Division of Disability Affairs and Marginalized Communities (Divisão de Assuntos de Deficiência e Comunidades Marginalizadas) - MGEPSW - GRN Portal." [www.mgepesw.gov.na](http://www.mgepesw.gov.na). 2020. <https://mgepesw.gov.na/division-of-disability-affairs-and-marginalized-communities>.
- Global Campaign for Peace Education, "Education about the Holocaust and Genocide in Namibia (Campanha Global pela Educação para a Paz, "Educação sobre o Holocausto e o Genocídio na Namíbia")," *Global Campaign for Peace Education (Campanha Global pela Educação para a Paz)*, 4 de abril de 2020, <https://www.peace-ed-campaign.org/education-about-the-holocaust-and-genocide-in-namibia/>.
- Informal Sector Contributes a Substantial Part of Economic Activities. (O Setor Informal Contribui com uma Parte Substancial das Atividades Econômicas)" *The Economist* (Windhoek), 23 de novembro de 2022. <https://economist.com.na/75354/retail/informal-sector-remains-a-critical-part-of-economic-activities>.
- Joint Declaration by the Federal Republic of Germany and the Republic of Namibia (Declaração Conjunta da República Federal da Alemanha e da República da Namíbia). "United in Remembrance of our Colonial Past, United in our Will to Reconcile, United in our Vision of the Future (Unidos na Memória do Nosso Passado Colonial, Unidos na Nossa Vontade de Reconciliação, Unidos na Nossa Visão do Futuro)". 2021. [https://www.dngev.de/images/stories/Startseite/joint-declaration\\_2021-05.pdf](https://www.dngev.de/images/stories/Startseite/joint-declaration_2021-05.pdf).
- Kaapama, Phanel. "Commercial land reforms in postcolonial Namibia (Reformas agrárias comerciais na Namíbia pós-colonial)." *Transitions in Namibia (Transições na Namíbia)*, 2007: 29.
- Kohima, Jennilee Magdalena, Uchendu Eugene Chigbu, Malcon Liyali Mazambani, e Menare Royal Mabakeng. 2023. "(Neo-)Segregation, (Neo-) Racism, and One-City Two-System Planning in Windhoek, Namibia ((Neo-) Segregação, (Neo-)Racismo e Planejamento de Uma Cidade e Dois Sistemas em Windhoek, Namíbia): What Can a New National Urban Policy Do? (O Que uma Nova Política Urbana Nacional Pode Fazer?)" *Land Use Policy* 125 (February) (Política de Uso do Solo 125 (fevereiro)): 106480. <https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2022.106480>.
- Melber, Henning. «Germany and reparations: the reconciliation agreement with Namibia (Alemanha e reparações: o acordo de reconciliação com a Namíbia).» *The Round Table* 111, no. 4 (2022): 475-488.
- Melber, Henning. *Transitions in Namibia: which changes for whom? (Transições na Namíbia: o que muda para quem?)*. Nordiska Afrikainstitutet, Melber, H. (2019). *Colonialism, Land, Ethnicity, and Class (Colonialismo, Terra, Etnia e Classe): Namibia after the Second National Land Conference (Namíbia após a Segunda Conferência Nacional de Terras)*. *Africa Spectrum*. <https://doi.org/10.1177/0002039719848506>. 2007.
- "Namibia Pledges Land Reforms to Boost Black Ownership (Namíbia Promete Reformas Agrárias Para Aumentar a Propriedade Negra)." n.d. [www.aljazeera.com](http://www.aljazeera.com). Acessado em 06 de junho de 2023. <https://www.aljazeera.com/news/2018/10/2/namibia-pledges-land-reforms-to-boost-Black-ownership>.
- "Namibia - Ethnic Groups(Namíbia - Grupos Étnicos)." Nations Encyclopedia (Enciclopédia das Nações). 21 de julho de 2023. <https://www.nationsencyclopedia.com/Africa/Namibia-ETHNIC-GROUPS.html>.
- "Namibia Multidimensional Poverty Index (MPI) Report 2021 (Relatório do Índice Multidimensional de Pobreza (IMP) da Namíbia 2021)." Agência de Estatísticas da Namíbia. Agência de Estatísticas da Namíbia, 10 de junho de 2021. [https://ophi.org.uk/wp-content/uploads/Namibia\\_MPI\\_report\\_2021.pdf](https://ophi.org.uk/wp-content/uploads/Namibia_MPI_report_2021.pdf).

- “Namibian President Wants Land Expropriated to Boost Black Ownership (Presidente da Namíbia Quer Terras Expropriadas Para Aumentar a Propriedade Negra).” *Reuters*, 1 de outubro de 2018. <https://www.reuters.com/article/us-namibia-land/namibian-president-wants-land-expropriated-to-boost-Black-ownership-idUSKCN1MB2TM>.
- Namibian Sun. 2021. “SME Bank Depositors Still Licking Their Wounds.(SME Bank depositantes bancários ainda lambem as feridas).” *Namibian Sun*. 15 de setembro de 2021. <https://www.namibiansun.com/news/sme-bank-depositors-still-licking-their-wounds2021-09-15>.
- “Namibians Turn to Informal Employment (Namibianos Recorrem ao Emprego Informal).” *The Namibian* (Windhoek), 16 de abril de 2019. <https://www.namibian.com.na/namibians-turn-to-informal-employment/>
- Nguherimo, Jephta, e Henning Melber. “Reconciliation Is Different The Flaws in the German-Namibian Joint Declaration on the Genocide (A reconciliação é Diferente As falhas na Declaração Conjunta Alemanha-Namíbia sobre o Genocídio).” *The Namibian Newspaper* (Windhoek), 17 de dezembro de 2021. <https://www.namibian.com.na/reconciliation-is-different-the-flaws-in-the-german-namibian-joint-declaration-on-the-genocide/>.
- Oppel, Annalena. *Exploring economic support networks amidst racial inequality in Namibia (Explorando redes de apoio económico em meio à desigualdade racial na Namíbia)* No. 2021/102. WIDER Working Paper, 2021.
- Pelz, Daniel. “Herero and Nama File Suit against Genocide Agreement (Herero e Nama Abrem Processo Contra Acordo de Genocídio).” *Deutsche Welle*. Deutsche Welle, 22 de janeiro 2022. <https://www.dw.com/en/herero-and-nama-dispute-genocide-agreement-with-germany/a-64476907>.
- Peterson, Shelleygan , Eliaser Ndeyanale, e Andreas Thomas. “Katjavivi Cautions MPs on LGBTQI+ Hate Speech. (Katjavivi Adverte Parlamentares Sobre Discurso de Ódio LGBTQI+)” *The Namibian* 24 de maio de 2023. <https://www.namibian.com.na/katjavivi-cautions-mps-on-lgbtqi-hate-speech/>.
- Reuters*. 2017. “Namibia to Make White-Owned Businesses Sell 25 Percent Stakes to Blacks,” 13 de abril de 2017, sec. (Namíbia Fará Com Que Empresas de Propriedade de Brancos Vendam Participações de 25 Por Cento Para Negros”, 13 de abril de 2017, seg.) *World News*. <https://www.reuters.com/article/uk-namibia-economy-empowerment-idUKKBN17F20I>.
- Shacks Boom in Urban Centres (Boom de Barracos nos Centros Urbanos).” *The Namibian Newspaper* (Windhoek), 22 de novembro de 2017. <https://www.namibian.com.na/shacks-boom-in-urban-centres>.
- Stempel, Jonathan. “Lawsuit against Germany over Namibian Genocide Is Dismissed in New York (Processo Contra a Alemanha por Genocídio Namibiano é Arquivado em Nova York).” *Reuters*. Reuters, 6 de março de 2019. <https://www.reuters.com/article/us-namibia-genocide-germany-idUSKCN1QN2SQ>.
- Suzman, James. *Minorities in independent Namibia (Minorias na Namíbia independente)* Minority rights group international (Grupo internacional de direitos das minorias), 2002.
- Theurer, Karina, Minimum Legal Standards in Reparation processes for Colonial Crimes (Normas Jurídicas Mínimas nos Processos de Reparação de Crimes Coloniais): The Case of Namibia and Germany (O Caso da Namíbia e da Alemanha) (23 de junho de 2023). *German Law Journal*, Forthcoming: <https://ssrn.com/abstract=4488872>
- Tjivikua, James . “Are We Doing Enough to Combat Hate Speech? (Estamos Fazendo o Suficiente Para Combater o Discurso de Ódio?)” *The Namibian Newspaper* (Windhoek), 23 de abril de 2023. <https://www.namibian.com.na/are-we-doing-enough-to-combat-hate-speech/>.
- “Unemployment, Total (% of Total Labor Force) (Modeled ILO Estimate) - Namibia (Desemprego, Total (% da Força de Trabalho Total) (Estimativa Modelada da OIT) - Namíbia) | Data.” n.d. *Data.worldbank.org*. <https://data.worldbank.org/indicator/SL.UEM.TOTL.ZS?locations=NA>.

Estados Unidos. Departamento de Estado. *Country reports on human rights practices for* (Relatórios nacionais sobre práticas de direitos humanos para) 2020. Government Printing Office (Imprensa Governamental), 2020.

Wallace, Marion. *History of Namibia (História da Namíbia): From the beginning to 1990 (Do início a 1990)* Oxford University Press (Imprensa da Universidade de Oxford), 2014.

## Reconhecimento do Autor

Sinto-me honrado pelo privilégio de sintonizar os meus ouvidos com as histórias profundas e experiências vividas por líderes de pensamento dinâmicos e pelos membros da comunidade impactados pelas duras realidades do racismo, influenciadas pelos ecos horríveis do apartheid e do genocídio na Namíbia. Essas conversas reverberaram com a inquietante verdade de que há mais trabalho a ser feito. A profundidade das suas palavras, as suas perspectivas perspicazes e a sua coragem inabalável são a prova de que a Namíbia é a terra dos corajosos, e em breve também será a terra dos íntegros e livres.

## Endnotes



**GIJTR**  
Global Initiative for Justice  
Truth & Reconciliation